

Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A BPY Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.842.177/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2026, e os esclarecimentos requeridos, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 601, de 27 de março de 2025.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

2. Informamos que as demonstrações financeiras acima mencionadas estarão publicadas até o dia 31 de agosto de 2026, no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/centraldebalancos>.

3. Por fim cumpre salientar que a alta administração da BPY Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada

Villa Lobos Office Park

Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre A. CJ 305

Vila Hamburguesa, São Paulo - SP, 5319-000

BPY Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções.

Atenciosamente,

SUSI PATRICIA
FERRARI:11891
048813

Assinado de forma digital
por SUSI PATRICIA
FERRARI:11891048813
Dados: 2026.09.03
16:09:22 -03'00'

DIRETORIA

Susi Patrícia Ferrari
CPF: 118.910.488.13

IGNISCorp

Moises Gonçalves
Contador CRC-1SP 213.033/O-8

Villa Lobos Office Park
Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre A. CJ 305
Vila Hamburguesa, São Paulo - SP, 5319-000

BPY Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

BPY Corretora de Câmbio e TVM S.A.

(CNPJ nº 27.842.177/0001-91)

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2026**

Villa Lobos Office Park

Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre A. CJ 305

Vila Hamburguesa, São Paulo - SP, 5319-000

BPY Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores - Diretores e Acionistas da
BPY CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
São Paulo SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **BPY CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** (“Corretora”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BPY CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais de deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de setembro de 2026.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP13744/O-1

ALCINDO TAKACHI
ITIKAWA:53005139891

Assinado de forma digital por
ALCINDO TAKACHI
ITIKAWA:53005139891
Dados: 2026.09.16 11:34:34 -03'00'

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA
CONTADOR CRC 1SP088652/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da BPY Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

O prejuízo líquido do período foi de R\$ 2.439 mil, integralmente coberto mediante aumento de capital por parte dos acionistas. Este resultado negativo já era previsto pela administração, em virtude dos intensos investimentos realizados em tecnologia — cujos retornos financeiros estão projetados para o médio e longo prazo, enquanto os impactos nas despesas são imediatos.

Ressaltamos, contudo, que a receita operacional bruta da instituição atingiu R\$ 13,7 milhões no primeiro semestre de 2026, representando um expressivo crescimento de 84,5% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Esse forte desempenho decorre da expansão do portfólio de produtos e do sucesso da estratégia de prospecção de novos clientes.

Gerenciamento de Riscos e de Capital

Em conformidade com as diretrizes da Resolução BCB nº 198/2022, publicada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), a Companhia mantém uma estrutura consolidada de gerenciamento de riscos e de gestão de capital.

Em 30 de junho de 2026, os limites operacionais da instituição apresentavam níveis adequados e suficientes, mostrando-se compatíveis com a natureza de suas operações e devidamente enquadrados nos novos requisitos regulatórios vigentes desde novembro de 2025.

Operações e Novos Produtos

No segundo semestre de 2025, a Companhia desenvolveu sua conta de pagamento para pessoas jurídicas, denominada BePay Empresas. A partir do primeiro semestre de 2026, iniciou as integrações sistêmicas via API com parceiros estratégicos para o fechamento de câmbio e PIX internacional, estabelecendo conexões iniciais com parceiros em Portugal, Chile e Argentina.

O início das operações via API demonstrou que o grupo BPY Global dispõe de soluções seguras e escaláveis para expandir sua rede de parceiros por meio da automação.

A instituição mantém sua forte atuação na prestação de serviços de câmbio, tais como remessas, pagamentos internacionais e fechamentos de importações e exportações, tanto em carteira própria

quanto na intermediação de operações. No segmento de investimentos, a Companhia segue distribuindo produtos de renda fixa (títulos públicos e privados) em parceria com diversas instituições financeiras.

Ademais, no primeiro semestre de 2026, ingressamos no segmento de StableCoins com a abertura de uma conta da BPY CCTVM junto à Circle, nos Estados Unidos, voltada para operações de tesouraria.

O desenvolvimento e o incremento de novos produtos integram um projeto contínuo de melhorias, cujo objetivo principal é oferecer aos clientes uma experiência simples, robusta e completa, englobando conta de pagamento, câmbio e investimentos.

Conclusões e Perspectivas

A evolução da BPY CCTVM S.A. rumo ao modelo de Banco Digital — integrando produtos de câmbio, investimentos e emissão de moeda eletrônica — consolidou a empresa como uma instituição diferenciada no mercado financeiro brasileiro.

Neste período, expandimos a utilização das soluções Visa Direct e Mastercard Send, permitindo o fechamento de câmbio via aplicativo BePay com liquidação imediata no exterior, em velocidade comparável à de um PIX.

Para o segundo semestre de 2026, a perspectiva está voltada para o lançamento do Currency Cloud, em parceria com a Visa. O produto viabilizará a abertura de contas internacionais para os clientes da BPY, promovendo a internacionalização de nossa base sob a bandeira BPY Global.

Diante dos investimentos tecnológicos realizados e da constante expansão da base de clientes, prevemos a sustentabilidade e a continuidade do crescimento nos horizontes de médio e longo prazo.

Atenciosamente,

A DIRETORIA

BPY Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Valores em milhares de Reais

A T I V O	NE	30/06/26	31/12/25	P A S S I V O	NE	30/06/26	31/12/25
CIRCULANTE		29.523	28.340	CIRCULANTE		25.513	25.099
DISPONIBILIDADES	4	9.218	10.650	INSTRUMENTOS FINANCEIROS		14.453	13.322
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		19.814	17.344	Mensurados ao custo amortizado			
Mensurados ao custo amortizado				Depósitos	8	12.018	10.014
Relações interfinanceiras		1.294	630	Captações no mercado aberto		2.435	3.308
Rendas a receber		722	702	OUTROS PASSIVOS		11.060	11.777
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				Cobrança, arrec. tributos e assemelhado		243	115
Títulos e valores mobiliários	5	17.794	16.012	Fiscais e previdenciárias		169	209
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				Diversas	9	10.648	11.453
Carteira de câmbio		4	-				
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS A:		(3)	(19)				
Outros créditos sem característica de concessão de crédito		(3)	(19)				
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		9	5				
OUTROS ATIVOS		485	360				
Outros créditos - diversos		179	120				
Outros valores e bens		3	-				
Despesas antecipadas		80	85				
Outros ativos fiscais		223	155				
NÃO CIRCULANTE		3.584	3.797	NÃO CIRCULANTE		-	-
IMOBILIZADO DE USO	6	336	355				
Outras imobilizações de uso		700	677				
(Depreciações acumuladas)		(364)	(322)				
INTANGÍVEL	7	3.248	3.442				
Ativos intangíveis		3.887	3.887				
(Amortização acumulada)		(639)	(445)				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.594	7.038
				Capital:	10	17.500	14.500
				Domiciliados no país		14.500	14.500
				Aumento de capital		3.000	-
				Ajustes de avaliação patrimonial		(13)	(8)
				(Prejuízos acumulados)		(9.893)	(7.454)
TOTAL DO ATIVO		33.107	32.137	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.107	32.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPY CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ(MF): 27.842.177/0001-91

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Valores em milhares de Reais, exceto por ação

	NE	1º-SEM-26	1º-SEM-25
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.203	793
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	1.199	793
Resultado de operações de câmbio		4	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(332)	(26)
Operações de captação no mercado		(348)	(23)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		16	(3)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		871	767
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(3.310)	(1.953)
Receitas de prestação de serviços	11	3.988	1.987
Despesas de pessoal	12	(1.400)	(1.453)
Outras despesas administrativas	13	(7.780)	(4.052)
Despesas tributárias		(556)	(330)
Outras receitas operacionais	14	8.455	4.636
Outras despesas operacionais	15	(6.017)	(2.741)
RESULTADO OPERACIONAL		(2.439)	(1.186)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(2.439)	(1.186)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
(PREJUÍZO) DO SEMESTRE		(2.439)	(1.186)
Nº de ações		15.500.000	10.000.000
Prejuízo por ação.....R\$		(0,16)	(0,12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPY CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ(MF): 27.842.177/0001-91



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Valores em milhares de Reais

	1º-SEM-26	1º-SEM-25
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE	(2.439)	(1.186)
RESULTADO ABRANGENTE	(5)	2
Ajustes que serão transferidos para resultados:		
Ajuste TVM	(5)	2
IR/CS de ajuste TVM	(8)	3
	3	(1)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(2.444)	(1.184)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPY CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ(MF): 27.842.177/0001-91

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Valores em milhares de Reais

	CAPITAL SUBSCRITO	AUMENTO DE CAPITAL	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCRO OU (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/25	8.600	-	(6)	(4.904)	3.690
Aumento de capital	1.400	-	-	-	1.400
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	-	2	-	2
(Prejuízo) do semestre	-	-	-	(1.186)	(1.186)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/25	10.000	-	(4)	(6.090)	3.906
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	1.400	-	2	(1.186)	216
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/26	14.500	-	(8)	(7.454)	7.038
Aumento de capital	-	3.000	-	-	3.000
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	-	(5)	-	(5)
(Prejuízo) do semestre	-	-	-	(2.439)	(2.439)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/26	14.500	3.000	(13)	(9.893)	7.594
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	3.000	(5)	(2.439)	556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPY CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ(MF): 27.842.177/0001-91

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)**

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Valores em milhares de Reais

	1º-SEM-26	1º-SEM-25
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) do semestre	(2.439)	(1.186)
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	236	151
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(16)	3
	(2.219)	(1.032)
Variação de Ativos e Passivos	(2.190)	7.207
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(1.787)	(866)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros derivativos	-	-
(Aumento) redução em relações interfinanceiras	(664)	(114)
(Aumento) redução em carteira de câmbio	(4)	(13)
(Aumento) redução em rendas a receber	(20)	(524)
(Aumento) redução em créditos tributários	(4)	1
(Aumento) redução em outros ativos	(67)	(78)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros - passivo	1.131	1.128
Aumento (redução) em outros passivos	(717)	7.702
Imposto de renda e contribuição social pagos	(58)	(29)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.409)	6.175
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Inversões em:		
Imobilizado de uso	(23)	(38)
Inversões líquidas no intangível	-	(954)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(23)	(992)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento pela integralização de capital	3.000	1.400
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	3.000	1.400
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.432)	6.583
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	10.650	3.228
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	9.218	9.811
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.432)	6.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026***(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional

A BPY Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), iniciou suas atividades em 29 de maio de 2017 e é uma Sociedade Anônima, inscrita no CNPJ (MF) 27.842.177/0001-91, domiciliada no Brasil, na avenida Queiroz Filho, nº 1.700, 10º andar – Cj 305 – Torre A, Vila Hamburguesa, São Paulo/SP, e foi autorizada para funcionamento pelo Banco Central do Brasil em 27 de dezembro de 2017. A Corretora é controlada por sócios majoritários (pessoas físicas) e atua de forma totalmente independente, não pertencendo a nenhum grupo econômico.

A Corretora tem por objeto social: a) comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") nas suas respectivas áreas de competências; b) intermediar operações de câmbio; c) realizar operações no mercado de câmbio, conforme legislação em vigor; d) realizar operações compromissadas; e) prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; f) exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo BACEN e pela CVM.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas estabelecidas no Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB no 2/2020.

Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central por meio da Resolução BCB no 2/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da demonstração do resultado abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro líquido ou o patrimônio líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, quando aplicável, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

A autorização para conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 31 de julho de 2026.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026***(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***Uso de estimativas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justos dos ativos e passivos financeiros, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem as disponibilidades em moeda nacional, os depósitos bancários disponíveis e títulos e valores mobiliários, com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 4.818 de 29/05/2020.

c) Instrumentos financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Os instrumentos financeiros da Corretora estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pelas Resolução BCB nº 352/23, e são classificados na categoria de títulos ao Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos (Coletar fluxos de caixa contratuais; Coletar fluxos de caixa contratuais e vender, e outros), e no resultado do teste de SPPI, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

I) Custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

II) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados abrangentes ("VJORA")

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

São registrados nessa categoria, os instrumentos que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026***(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas, caso existentes, são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

III) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (“VJR”)

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

IV) Passivo Financeiro

Conforme previsto na BCB nº 352/2023, a Corretora deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como “valor justo por meio do resultado” ou designado como tal, como abaixo:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;
- Contratos híbridos.

V) Provisão para perdas esperadas

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas, devem ser consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352/23, art. 76, para operações adimplidas e inadimplidas. Adicionalmente, a resolução não dispensa a Corretora da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais.

A provisão para perdas esperadas, deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo, que estabelece que os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5 — de acordo com as características da operação de crédito e garantias prestada, conforme estabelecido no artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023 — considerando o aumento significativo do risco de crédito.

Metodologia de estimação de perda esperada

O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD (Probabilidade de inadimplência), LGD (Perda dada inadimplência) e EAD (Exposição no caso de inadimplência).

A mensuração da perda esperada se realiza através do cálculo utilizando-se esses parâmetros, podendo haver distinções em casos de instrumentos com limites a consumir e instrumentos parcelados.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026***(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***d) Imobilizado de uso**

São registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% a.a. para “Sistema de Processamento de Dados” e de 10% a.a. para as demais contas.

e) Intangível

São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Corretora ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear à taxa de 20% a.a.

f) Valor de recuperação dos ativos (Impairment)

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Em 31 de dezembro de 2025, não existem indícios de redução no valor recuperável de ativos não financeiros.

g) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes:** são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificamos como perda remota.
- **Provisões:** são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Instituição nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026
(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro real - as provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 9%.

Os tributos impostos diferidos, quando aplicável, são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Instituição apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização, porém, não há expectativas que a Instituição tenha lucros tributáveis nos próximos períodos, e por este motivo não reconhece os impostos diferidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo:

	30/06/25	31/12/25
Disponibilidades		
Depósitos bancários	63	86
Reservas livres	3	9
Disponibilidades em moedas estrangeiras	9.152	10.555
Total caixa e equivalentes de caixa	9.218	10.650

5. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os títulos e valores mobiliários estavam mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e estavam assim representados:

	30/06/26			31/12/25		
	Vencimentos		VJORA	Vencimentos		VJORA
	Até 1 ano	Acima de 1 ano		Até 1 ano	Acima de 1 ano	
CDB CERTIFICADO DE DEP. BANCÁRIO	125	-	125	-	-	-
LFT LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO	-	174	174	-	-	-
NTN NOTAS DO TESOURO NACIONAL	-	84	84	-	78	78
Vinculados à prestação de garantias e compromissadas						
LFT LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO	17.411	-	17.411	15.934	-	15.934
Total	17.536	258	17.794	15.934	78	16.012

As operações com títulos e valores mobiliários geraram resultado de R\$ 1.199 no semestre findo em 30 de junho de 2026 (R\$ 793 no semestre findo em 30 de junho de 2025).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026
(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)
6. Imobilizado de uso

30/06/26			
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo
Instalações	84	(58)	58
Mobiliário	59	(40)	19
Equipamentos de processamento de dados	186	(115)	71
Equipamentos de comunicação	7	(5)	2
Veículos	332	(137)	195
Benfeitorias imóveis de terceiros	32	(9)	23
Total	700	(364)	336

31/12/25			
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo
Instalações	82	(53)	29
Mobiliário	53	(37)	16
Equipamentos de processamento de dados	171	(105)	66
Equipamentos de comunicação	7	(5)	2
Veículos	332	(115)	217
Benfeitorias imóveis de terceiros	32	(7)	25
Total	677	(322)	355

Movimentação do imobilizado

	1º Sem/26	1º Sem/25
Saldo no início do semestre	355	231
Adições	23	38
Depreciação	(42)	(32)
Saldo no final do semestre	336	237

7. Intangível

30/06/26			
	Custo	Amortização acumulada	Saldo
Sistema de processamento de dados	3.887	(639)	3.248
Total	3.887	(639)	3.248

31/12/25			
	Custo	Amortização acumulada	Saldo
Sistema de processamento de dados	3.887	(445)	3.442
Total	3.887	(445)	3.442

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026
(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)
Movimentação do intangível

	1º Sem/26	1º Sem/25
Saldo no início do semestre	3.442	2.127
Adições	-	954
Amortização	(194)	(119)
Saldo no final do semestre	3.248	2.962

8. Depósitos

	30/06/26	31/12/25
	12.018	10.014
Saldo de livre movimentação	12.018	10.014

9. Outros passivos - Diversas

	30/06/25	31/12/25
Obrigações por aquisição de bens e direitos	11	33
Adiantamentos recebidos	119	-
Despesas com pessoal	131	104
Outras despesas administrativas	782	742
Credores diversos – operações de câmbio	6	49
Obrigações em moedas estrangeiras	6.190	6.596
Ordens de pagamento em moedas estrangeiras	3.409	3.929
Total	10.648	11.453

10. Patrimônio Líquido
Capital Social

Em 30 de junho de 2026, o capital social é representado pelo montante de R\$ 17.500 (R\$ 14.500 em 31 de dezembro de 2025) está representado por 17.500.000 ações nominativas (14.500.000 em 31 de dezembro de 2025), sem valor nominal, sendo 8.750.000 de ações ordinárias e 8.750.000 de ações preferenciais, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Os aumentos de capital realizados no 1º semestre de 2026, no valor total de R\$ 3.000.

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 29 de maio de 2026, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 1.000, mediante emissão de 500.000 ações ordinárias e 500.000 ações preferenciais. Em 10 de julho de 2026 foi aprovado o aumento de capital conforme OFÍCIO 28141/2026-BCB/DEORF/GTSP3.

Em AGE, realizada em 30 de junho de 2026, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 2.000, mediante emissão de 1.000.000 de ações ordinárias e 1.000.000 de ações preferenciais, encontram-se em fase de aprovação/homologação por parte do BACEN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026
(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)
11. Receitas de prestação de serviços

	<u>1º Sem/26</u>	<u>1º Sem/25</u>
Receitas de comissões na emissão e colocação de títulos	-	1
Receitas de corretagens de câmbio	2.881	1.336
Rendas de outros serviços	1.107	650
Total	<u>3.988</u>	<u>1.987</u>

12. Despesas de pessoal

	<u>1º Sem/26</u>	<u>1º Sem/25</u>
Honorários	(82)	(145)
Benefícios	(714)	(509)
Encargos Sociais	(159)	(226)
Proventos	(408)	(534)
Treinamento	(7)	(28)
Remuneração de Estagiários	(30)	(11)
Total	<u>(1.400)</u>	<u>(1.453)</u>

13. Outras despesas administrativas

	<u>1º Sem/26</u>	<u>1º Sem/25</u>
Água, energia e gás	(1)	(4)
Aluguéis	(92)	(74)
Comunicações	(95)	(86)
Manutenção e conservação de bens	(31)	(64)
Material	(1)	(2)
Processamento de dados	(2.286)	(1.014)
Promoção e relações públicas	(16)	(12)
Propaganda e publicidade	(4)	(15)
Seguros	(7)	(6)
Serviços do sistema financeiro	(3.059)	(1.815)
Serviços de terceiros	(1)	(2)
Serviços técnicos especializados	(1.844)	(716)
Transporte	(21)	(18)
Outras despesas administrativas	(86)	(73)
Amortização	(194)	(119)
Depreciação	(42)	(32)
Total	<u>(7.780)</u>	<u>(4.052)</u>

14. Outras receitas operacionais

	<u>1º Sem/26</u>	<u>1º Sem/25</u>
Receitas de ajuste de variação cambial	8.443	4.616
Receitas de ajuste a valor justo	-	13
Outras rendas operacionais	12	7
Total	<u>8.455</u>	<u>4.636</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026*(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***15. Outras despesas operacionais**

	<u>1º Sem/26</u>	<u>1º Sem/25</u>
Despesas de ajustes de variação cambial	(5.997)	(2.730)
Outras despesas operacionais	(20)	(11)
Total	<u>(6.017)</u>	<u>(2.741)</u>

16. Contingências

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Administração não tem conhecimento de demandas judiciais ou extrajudiciais em face da Corretora.

17. Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as operações com partes relacionadas eram:

	<u>30/06/26</u>	<u>31/12/25</u>
Ativo		
Depósitos bancários - BPY CCTVM	-	30
Total	<u>-</u>	<u>30</u>

Remuneração de pessoal-chave da Administração

No semestre findo em 30 de junho de 2026, a Instituição remunerou pessoal-chave da Administração no montante de R\$ 82 (R\$ 145 no semestre findo em 30 de junho de 2026).

18. Gerenciamento da estrutura de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo a constante avaliação de nossa disponibilidade de recursos financeiros e patrimoniais necessários às atividades operacionais, atendendo a Resolução 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Banco Central do Brasil. Define-se gerenciamento de risco de capital como o processo contínuo de monitoração e controle de capital mantido pela Corretora, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Corretora está sujeita e necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos da mesma.

Risco operacional

A Corretora adota a política de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução 4.557/2017, que considera risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perda resultante de eventos externos ou de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O monitoramento dos riscos operacionais é realizado continuamente por meio de registros de eventos de perdas, garantindo que os eventos relacionados a esse risco sejam identificados e reportados.

Risco de mercado

A Corretora se encontra apta a atender as exigências da Resolução nº 4.557/17 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, nos prazos estabelecidos. O Risco de mercado implica no monitoramento e revisão da exposição a todos os riscos geradores de perdas potenciais de valor de instrumentos ou produtos financeiros provenientes de movimentos dos mercados relacionados aos produtos oferecidos pela IB. Também na análise de contrapartes, designação de taxas de risco internas e estabelecimento de limites de remessas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026
(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)
Risco de Liquidez

Visando o atendimento a Resolução nº 4557/17 do Banco Central do Brasil, a Corretora considera risco de liquidez a possibilidade de a Corretora não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e também conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

19. Limites operacionais

Limites operacionais: Os limites mínimos de patrimônio líquido compatível com o grau de risco decorrente da exposição das financeiras (Acordo da Basileia) e limites máximos de diversificação de risco e aplicação de recursos no ativo permanente são apurados conforme critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.958 de 21/10/2021 do CMN.

Em 31 de dezembro de 2025 os limites operacionais estão devidamente atendidos, com confortável margem reportada entre o Patrimônio de referência e o mínimo exigido para o RWA.

A situação em relação ao risco da exposição das operações financeiras, está assim representada:

	30/06/26	31/12/25
Ativos ponderados pelo risco RWA (<i>Risk Weighted Asset</i>)	26.449	22.882
Patrimônio de referência para comparação com RWA	1.346	3.596
Patrimônio de referência mínimo exigido para o RWA	2.115	1.830
Índice de Basileia	5,09%	15,72%

20. Análise de sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 2/2020, art.35, a Corretora realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de seus instrumentos financeiros, cujo objetivo é demonstrar possíveis impactos nos resultados da Corretora para os cenários: a) moderado - simula os impactos com situação de retração em 20%; e b) agressivo - considera crescimento de 20% projetado baseado na melhor perspectiva de crescimento da Corretora.

Instrumentos financeiros	Saldo contábil		
	30/06/26	Moderado	Agressivo
Relações interfinanceiras	1.294	1.035	1.553
Rendas a receber	722	578	1.083
Títulos e valores mobiliários	17.794	14.235	21.353
Depósitos	(12.018)	(9.614)	(14.422)
Captações no mercado aberto	(2.435)	(1.948)	(2.922)

21. Resultado não recorrente

Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Corretora e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, a Corretora não registrou resultados não recorrentes.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026***(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***22. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor**

A Corretora, em atendimento à legislação brasileira de contabilidade, não contratou serviços da Veneziani Auditores Independentes, relacionados às atividades da Corretora, além dos serviços de auditoria independente externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

23. Outras informações**Resolução Conjunta BCB nº 14 de 3/11/2025**

A referida Resolução entrou em vigor na data de sua publicação e estabelece a metodologia de apuração do limite mínimo de capital social integralizado e de patrimônio líquido a serem mantidos pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Instituição deverá, ainda, observar as seguintes regras de transição:

I – Até 30 de junho de 2026, deve ser mantido o valor mínimo de capital integralizado e de patrimônio líquido apurado na forma da regulação vigente no dia anterior à data de entrada em vigor da referida Resolução; e

II – De 1º de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2027, deve ser mantido o valor de que trata o inciso I acrescido dos seguintes percentuais sobre a diferença positiva entre o montante que for apurado na forma da referida Resolução e aquele valor:

- a) 25% (vinte e cinco por cento) até 31 de dezembro de 2026;
- b) 50% (cinquenta por cento) até 30 de junho de 2027; e
- c) 75% (setenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de 2027.

A Administração declara que está atuando para atendimento e enquadramento à Resolução, e não identificou riscos de desenquadramento às novas regras estabelecidas.

24. Eventos Subsequentes

Após o semestre findo em 30 de junho de 2026 não ocorreram eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras.

* * *